

INTRODUÇÃO AOS CONCEITOS DE ACESSIBILIDADE ESPACIAL

**ITALO RODEGHIERO NETO¹; MAYARA ZANCHIN²; DOUGLAS DE CASTRO
BROMBILLA³; ISABELA FERNANDES ANDRADE⁴**

¹*Universidade Federal de Pelotas – rodeghiero.hoe@gmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – maayfrizzo@gmail.com*

³*Instituto Federal do Rio Grande do Sul – Campus Rio Grande –
douglas.brombilla@riogrande.ifrs.edu.br*

⁴*Universidade Federal de Pelotas – acessiarq@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

Conforme divulgado pela Organização das Nações Unidas (ONU), cerca de 610 milhões de pessoas possuem alguma deficiência, podendo ser ela físico-motora, sensorial, cognitiva ou múltipla. A deficiência físico motora é toda aquela que relaciona-se a alteração da capacidade de motricidade geral do indivíduo, dificultando ou impossibilitando a realização de diversas atividades. Já a deficiência sensorial condiz com perdas significativas nas capacidades perceptivas do indivíduo, gerando dificuldades auditivas ou visuais, por exemplo. A dificuldade cognitiva pode ser entendida por como a dificuldade que diz respeito a compreensão das informações recebidas (atividades mentais). Por fim, a múltipla relaciona duas ou mais deficiências descritas acima.

Consoante às ideias de Bins Ely (2004), a Acessibilidade Espacial pode ser definida como a possibilidade de acesso aos mais variados lugares e atividades como também, o uso de seus equipamentos de maneira independente. Portanto, é necessário ter informação sobre as atividades e os locais onde ocorrem; deslocar-se com praticidade e manejá-los os equipamentos sem que seja necessário conhecimento prévio de sua utilização. Todas essas ações devem ser realizadas com segurança, conforto e independência. Segundo Dischinger (2012), para podermos avaliar edifícios públicos e privados necessitamos compreender os componentes de acessibilidade espacial, divididos em quatro categorias: orientação espacial, comunicação, deslocamento e uso.

As condições de orientação espacial são a junção de uma correta percepção do espaço por parte dos indivíduos – pela sua capacidade de receber e processar informações – e pelas configurações arquitetônicas e as informações adicionais que o ambiente possui, como placas, sinais e letreiros. A componente comunicação diz respeito às possibilidades de troca de informações interpessoais, como a utilização de tecnologia assistiva em espaços públicos. No deslocamento, faz-se necessária a possibilidade de qualquer pessoa poder movimentar-se ao longo de percursos horizontais e verticais (escadas, corredores, elevadores) de forma independente, segura e confortável, podendo ser utilizado cadeiras de rodas, muletas e corrimão. A categoria uso condiz com a probabilidade efetiva de participação e realização de atividades por todas as pessoas.

A fim de que todos os indivíduos possam usufruir dos mesmos direitos, em 2004 foi sancionado o Decreto-Lei nº 5296, que estabeleceu prazos para que as edificações existentes se adaptassem a acessibilidade. Além disso, esse Decreto determinou que a consideração dos parâmetros apresentados pela NBR 9050 – Norma Brasileira de Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos públicos – fosse obrigatória. Porém, ainda hoje é possível identificar, em projetos novos e de intervenção (reforma), espaços deficientes, ou

seja: as dificuldades oriundas a partir de uma deficiência podem vir à tona se o ambiente construído não for planejado para atender a todas as pessoas, independente de suas capacidades e limitações.

Para criar ambientes acessíveis a todas as pessoas, é essencial conhecer as diferentes deficiências e assim, poder identificar os diversos tipos de problemas que podem ocorrer no uso dos espaços e equipamentos. Ou seja, só poderemos atingir a acessibilidade a partir da experiência do usuário em relação ao espaço a ser construído. (GUIMARÃES, 2009). Para tanto, surgiu à ideia de ministrar minicursos que levem aos profissionais e estudantes das áreas de engenharia e arquitetura uma percepção do que é a acessibilidade, para que os mesmos identifiquem sua importância e adquiram maior conhecimento sobre o tema.

2. METODOLOGIA

Inicialmente foi realizada uma pesquisa bibliográfica acerca dos conceitos normativos e de acessibilidade espacial envolvidos. Depois de finalizada esta etapa, foi possível a elaboração e confecção de material didático a ser adotado em palestras e minicursos. Estes minicursos foram divididas em duas etapas: a primeira foi relacionada acerca dos conceitos e normas envolvidas e a segunda etapa expôs simulações cotidianas dos obstáculos enfrentados por pessoas com mobilidade reduzida. Os minicursos contaram com apresentação de *slides*, além de objetos para representar a vivência dos deficientes, como cadeira de rodas, muletas, venda (para exemplificar os deficientes visuais), tipoias e luvas de segurança.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através da exposição do material confeccionado previamente, como slides e textos, o ministrante abordou todos os conceitos acerca do tema de modo a introduzir os integrantes ao assunto acessibilidade. Esta é a primeira etapa do minicurso e é entendida como a parte teórica. Logo em seguida, iniciou-se a segunda parte, que trata da vivência prática dos deficientes.

Foram apresentados aos integrantes objetos utilizados diariamente por pessoas com deficiência, como cadeira de rodas e muletas (deficientes físicos) conforme ilustrado na figura 1 e figura 2.

Figura 1



Figura 2



Além disso, denotam-se objetos para simular outras restrições, como vendas para deficiência visual (figura 3) e luvas e tipoia indicando a perda de movimento dos membros superiores.

Figura 3



Figura 4



É interessante que ao decorrer da simulação os participantes consigam vivenciar mais de uma restrição, pois através dessa experiência poderão compreender as dificuldades diárias das pessoas com deficiência ou limitação no uso do ambiente. Após a simulação, todos os participantes foram convidados a reunir-se novamente na sala para discussão da vivência, conforme ilustrado na figura 4.

4. CONCLUSÕES

Através da realização das discussões pode-se identificar troca de conhecimento das possíveis limitações que acometem as pessoas quando o ambiente não é planejado para o atendimento da diversidade humana.

Pode-se destacar que os materiais e métodos escolhidos mostraram-se satisfatórios na realização da dinâmica e, dessa forma, aspectos positivos puderam ser destacados, como a interação dos participantes ao longo da exposição pelo palestrante.

Ao final do minicurso acredita-se que muitos aspectos relacionados à acessibilidade tenham sido esclarecidos. De forma geral, os participantes avaliaram a proposta satisfatoriamente por sua relevância social e importância dos conceitos e conhecimentos adquiridos na aplicação em projetos, de modo a tornar a vida dos usuários do ambiente construído mais confortável e segura.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 2. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2004. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/sedh/ct/CORDE/dpdh/corde/ABNT/NBR9050-31052004.pdf>, Acesso em Julho de 2014.

BINS ELY, V.M. Seminário Acessibilidade no Cotidiano. Palestrante da Mesa Redonda Estudos da Acessibilidade no Espaço Construído, com o tema Orientar-se no espaço: condição indispesável para a acessibilidade. 2004.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de dezembro de 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm Acesso em Julho de 2014.

DISCHINGER, M.; BINS ELY, V.M; PIARDI, S. Promovendo acessibilidade espacial nos edifícios públicos: Programa de acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nas edificações de uso público. Florianópolis. 2012

GUIMARÃES, Marcelo Pinto. "Uma Abordagem Holística na Prática do Design Universal." In: CORREAA, R. M. (Org.). Avanços e Desafios na Construção de uma Sociedade Inclusiva. Belo Horizonte: Editora PUC-Minas. 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. ONU e as pessoas com deficiência. Disponível em: <http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-as-pessoas-com-deficiencia/> Acesso em Julho de 2014.